

Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Sociedade Aberta

Sede: Rua Pedro Nunes, n.º. 11 – 1050-169 Lisboa

Capital Social: 32.500.000 Euros

Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o n.º. 36.790

Pessoa Colectiva n.º. 500 400 997

Relatório de Gestão e Contas Consolidados Exercício de 2005

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Cumprindo as exigências estatutárias, e as exigências legais constantes do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar, correspondendo também às Recomendações da Comissão de Valores Mobiliários relativas ao governo das sociedades cotadas, vem este Conselho de Administração apresentar às autoridades, aos accionistas, ao mercado de capitais e ao público, o Relatório de Gestão, as Contas Consolidadas, e o Relatório sobre o Governo das Sociedades relativos ao exercício de 2005.

I Enquadramento Macroeconómico

1. Enquadramento internacional em 2005

A economia mundial registou em 2005 um crescimento bastante robusto, que terá superado os 4 por cento, de par com um aumento das trocas comerciais de 7 por cento, a despeito da incerteza geopolítica e da alta continuada dos preços do petróleo e de outras matérias-primas. À semelhança do observado nos últimos anos, os mercados financeiros continuaram a registar uma evolução favorável e as políticas macroeconómicas mantiveram-se acomodaticias nas principais economias mundiais.

Os ritmos de crescimento da actividade continuam diferenciados ao nível global, com os Estados Unidos e a China a manterem a liderança da expansão da actividade mundial. Os Estados Unidos continuaram a registar o ritmo de crescimento mais significativo entre as maiores economias avançadas com cerca de 3,5 por cento. Em 2005, a expansão da actividade continuou a assentar no dinamismo do consumo e do investimento privados, num cenário de manutenção de um forte crescimento da produtividade e de melhoria contínua das condições no mercado de trabalho.

Na China, o ritmo de expansão da actividade voltou a aproximar-se dos 9 por cento, continuando a assentar num elevado crescimento das exportações e do investimento. Entre as maiores economias de mercado emergentes na Ásia, também a Índia apresentou um crescimento robusto, com fortes incrementos do investimento e das exportações. No Japão, a actividade tem vindo a recuperar face à trajectória de abrandamento registada ao longo de 2004. A informação mais recente aponta para que o crescimento da economia japonesa em 2005 possa ter mesmo excedido os 2 por cento.

A Zona Euro apresentou, uma vez mais, o crescimento menos dinâmico entre as principais economias avançadas, com um valor agregado de pouco mais de 1 por cento. A expansão da actividade tem prosseguido a um ritmo muito reduzido, reflectindo a falta de dinamismo da procura interna, num contexto de ausência de sinais de melhoria da situação do mercado de trabalho e da confiança dos consumidores e empresários. No entanto, e tal como nos anos precedentes, a evolução da actividade apresentou-se diferenciada entre os vários Estados-Membros da Zona Euro, continuando a Espanha a registar um ritmo de expansão da actividade acima do observado em média, e, em contraste, a Alemanha, a revelar um ritmo de crescimento claramente inferior reflectindo a manutenção do comportamento relativamente fraco da procura interna. Por sua vez, nos novos Estados-Membros da União Europeia, o ritmo de crescimento manteve-se elevado, continuando a exceder largamente o observado na área do euro.

A inflação nas principais economias avançadas deverá ter permanecido apenas ligeiramente acima de 2 por cento em 2005. A diminuição dos preços de importação de vários tipos de bens de consumo, associada à crescente participação de produtores a baixos custos no mercado mundial, tem parcialmente compensado o impacto da subida do preço do petróleo na inflação. Adicionalmente, os aumentos salariais têm sido moderados na maioria dos países, num contexto de manutenção da capacidade produtiva disponível. As taxas de juro de longo prazo mantiveram-se em níveis baixos do ponto de vista histórico. A manutenção das taxas de longo prazo em níveis reduzidos tem assentado, por um lado, no facto das expectativas de inflação permanecerem contidas e, por outro, numa forte procura de obrigações de dívida pública.

Os principais mercados accionistas registaram valorizações no decorrer do ano, reflectindo expectativas de lucros elevados, e os indicadores de incerteza permaneceram em níveis reduzidos. Na área do euro, verificaram-se

valorizações das acções na generalidade dos sectores de actividade e de forma mais marcada no sector energético. Nos Estados Unidos, as valorizações concentraram-se nos sectores energético e tecnológico. Refira-se, no entanto, que no mês de Outubro se verificou uma queda generalizada das bolsas, associada a receios quanto ao impacto dos elevados preços do petróleo sobre os resultados das empresas, bem como a uma revisão em alta das expectativas de taxas de juro na área do euro e nos Estados Unidos.

Nos mercados cambiais verificou-se uma inversão da tendência de apreciação do euro observada nos últimos anos apesar do alargamento do défice da conta corrente dos Estados Unidos, sendo consistente com a evolução das expectativas de crescimento económico nos Estados Unidos relativamente à área do euro. O comportamento do euro terá sido também condicionado por factores de incerteza política relacionados com a rejeição do Tratado Constitucional Europeu nos referendos realizados em França e nos Países Baixos e com os resultados das eleições na Alemanha.

A alteração do regime cambial na China constitui também um aspecto a destacar no domínio cambial. Em Julho, as autoridades chinesas anunciaram formalmente o abandono da ligação face ao dólar e a introdução de um regime de *managed floating*, tendo procedido a uma revalorização de 2.1 por cento do renminbi face ao dólar e declarado que a gestão da taxa de câmbio passa a ser efectuada tomando como referência um cabaz de moedas.

2. A economia portuguesa

O Produto Interno Bruto português deverá ter praticamente estagnado em 2005, após uma variação de 1.3 por cento em 2004. O consumo, privado e público, foi a componente mais dinâmica da procura global. Estima-se que o consumo privado tenha registado um aumento de quase 2 por cento. O défice das administrações públicas deverá ascender a 6 por cento do PIB em 2005 e a dívida pública continuará a aumentar, devendo ter excedido 65 por cento do PIB no final do ano.

O desequilíbrio externo manteve-se a níveis preocupantes, tendo as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, excedido 8 por cento do PIB, o que corresponde a um aumento de mais de 2 pontos percentuais (p.p.) face ao défice registado em 2004.

O abrandamento da actividade económica em 2005 face ao ano anterior traduz um menor contributo da procura interna para o crescimento do PIB, associado em larga medida à queda do investimento, uma vez que o crescimento do consumo privado, a despeito dos elevados índices de endividamento das famílias, se tem mantido sustentado. As exportações apresentaram um comportamento desfavorável, acentuando as perdas de quota de mercado acumuladas na última década embora, função da forte desaceleração das importações o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB tenha sido menos negativo do que o observado em 2004.

A deterioração da capacidade competitiva da economia tem prejudicado o desempenho das exportações. O agravamento dos custos de trabalho relativos observado na última década, associado à estrutura das exportações nacionais, onde os produtos de baixos conteúdos tecnológico e de capital humano mantêm um peso elevado, têm-se revelado particularmente penalizadores num contexto de participação acrescida de produtores a baixos custos no mercado mundial.

Adicionalmente, a deslocação de fluxos de investimento estrangeiro, nomeadamente para os novos Estados-membros da União Europeia — países com melhor dotação em capital humano, menores custos salariais e uma localização geográfica mais favorável — estará também a condicionar a evolução das trocas comerciais com os países da União Europeia, em particular no que respeita aos produtos de maior conteúdo tecnológico.

O endividamento do sector privado deverá registar um novo agravamento em 2005, sendo de destacar o aumento estimado em cerca de 6 p.p. do endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível face ao valor observado em 2004, que era já bastante elevado em termos internacionais. O desequilíbrio das contas públicas portuguesas voltou também a agravar-se, apesar das medidas de correcção introduzidas no Verão. Não obstante o forte crescimento da receita fiscal, a posição orçamental subjacente apresentou uma deterioração em 2005 reflectindo, em particular, o aumento significativo das despesas em pensões e das despesas com pessoal. A evolução das contas públicas repercutiu-se no *rating* da República, que foi reavaliado em baixa por algumas das principais

agências, sem que, contudo, tal se tenha traduzido num aumento significativo do prémio de risco na emissão de dívida pública.

A taxa de inflação homóloga situou-se nos 2,6% no final do ano, enquanto a variação média do IPC se quedou pelos 2,3%. Já o mercado de trabalho apresentou uma evolução consistente com a posição cíclica da economia devendo a taxa de desemprego ter-se situado em 8,3% no final do ano.

3. Conjuntura no sector de tecnologias de informação e dos semicondutores

O mercado nacional de Tecnologias de Informação deverá crescer nos próximos anos a uma taxa média perto dos 8% sendo o crescimento acumulado esperado em cinco anos de cerca de 40%, superior aos 30% projectados para o espaço geográfico da União Europeia. Portugal fica, assim, numa posição beneficiada relativamente ao resto da Europa, também porque se espera uma recuperação da divergência registada nos últimos anos. Segundo a IDC, metade dos investimentos previstos deverá acontecer em hardware, deixando para o software e serviços taxas equivalentes de cerca de 25%. Estes valores só serão melhorados em áreas específicas em que os índices de produtividade e de capacidade reflectam um posicionamento estratégico e de vantagem competitiva verdadeiramente diferenciador.

A mesma entidade considera que o crescimento em 2006 ainda deve ser moderado o que despoletará estratégias mais criativas e porventura novos modelos de negócio, a par da presumível ocorrência de fusões e aquisições. Os modelos empresariais vão ser também mais flexíveis e próximos da utilização recorrente e mais intensa do Outsourcing.

No sector da produção de semicondutores e outros componentes microelectronicos, verificou-se durante o ano de 2005 uma nova inflexão no crescimento da produção e, necessariamente, nos investimentos em alargamento da “capacidade instalada”.

O consenso dos analistas é de que as vendas totais de semicondutores cresceram de 6,8% , esperando-se um novo aumento de 7.9 % em 2006, 10.5 % em 2007, e 13.9 % em 2008. De notar o facto do ano de 2005 se ter iniciado num ambiente negativo, devido a uma importante correcção de existências que, iniciada em finais de 2004, se prolongou pelos primeiros meses de 2005, com impacto significativo nos números totais para este ano.

Registamos com agrado que as nossas apostas nos sectores do “front-end” e das “etiquetas inteligentes” parecem enquadrar-se com as tendências que, também na Europa, parecem confirmar-se.

Por um lado estamos perante o início do reequipamento das fábricas de semicondutores, habilitando-se para a produção de “wafers” de 300 mm e, por outro, têm sido feitas novas exigências técnicas de controlo de qualidade no que respeita ao “manuseamento” de wafers de 150 e 200 mm, com a consequente necessidade de investir em equipamentos automáticos, que fazem parte da nossa oferta.

Em relação às “etiquetas inteligentes”, veêm-se confirmadas as indicações de um crescimento “explosivo” do mercado, e de utilização alargada aos sectores de identificação e segurança.

II Actividade do Grupo Reditus em 2005

1. Os objectivos e as estratégias

Nos termos anteriormente definidos que fixavam os objectivos e as linhas de orientação estratégicas, que constam claramente enunciados nos relatórios anteriores, aproveitando a ténue melhoria macroeconómica iniciada em 2004 e que se prolongou timidamente em 2005, o Conselho de Administração procurou continuar a assegurar:

- A melhoria da actividade core business através das sociedades operacionais participadas com actividade em Portugal – a InterReditus, a Redware e a Reditus II, o que permitiu um acréscimo do aumento do volume de vendas e de margens, continuando, assim, o *trend* positivo iniciado em 2004.

- A alimentação adequada dos capitais circulantes das sociedades operacionais participadas, condição relevante para permitir a sustentação eficaz do seu nível de actividade e a melhoria da sua rentabilidade, tal como já acontecera em exercícios anteriores, com destaque, neste domínio, para o exercício de 2004.
- A redução possível das despesas de funcionamento das sociedades operacionais participadas consoante a eficiência na prestação de serviços que constitui o cerne das suas actividades e também com o aumento de vendas que se verificou, importando sublinhar, aqui, que se atingiu com êxito o objectivo de melhoria das condições de competitividade resultante de um acréscimo de produtividade efectivamente alcançado
- O aumento da prestação de serviços em áreas relevantes do core business das sociedades operacionais nacionais a Grupos Financeiros, com principal destaque nos aumentos de vendas de serviços ao Grupo Caixa Geral de Depósitos e ao Grupo Santander Totta e a uma melhoria nas vendas e margens ao Grupo Millennium BCP.

Interessa ainda referir que o exercício de 2005 e os resultados positivos que foram alcançados, pese uma conjuntura económica nacional ainda bem difícil, serviram mais uma vez para comprovar a bondade dos objectivos estratégicos definidos nos exercícios anteriores o que, aliando à penetração em novos e importantes clientes, coloca as sociedades operacionais do Grupo Reditus numa posição favorável para vir a beneficiar do relançamento económico quando o mesmo se verificar.

Continuará a ser preocupação essencial do Conselho de Administração aumentar as vendas no mercado nacional, sem sacrificar as margens, procurando sempre que possível os acordos e as parcerias comerciais que se mostrarem mais interessantes, dando ao objectivo do crescimento orgânico a melhor das atenções.

2. Actividade desenvolvida pelas empresas operacionais no mercado nacional e europeu



Também no respeito das linhas estratégicas operacionais, delineadas no início de 2004, executadas muito satisfatoriamente nesse exercício, em 2005 manteve o Conselho de Administração a prossecução eficaz dos objectivos de:

- Diversificação e aumento do número de Clientes das sociedades participadas operacionais o que foi plenamente conseguido.
- Continuação da eleição do *outsourcing* como elemento de diferenciação do Grupo Reditus no mercado nacional.
- Oferta aos principais Clientes de serviços integrados prestados pelas sociedades participadas operacionais visando um maior valor acrescentado para os principais Clientes do Grupo.
- Progressiva adequação da estrutura de custos das sociedades operacionais visando a melhoria da eficácia económica das mesmas, permitindo melhoria de margens e vantagens competitivas.
- Melhoria dos sistemas de qualidade e de satisfação dos Clientes.
- Investimento em formação e em meios técnicos visando a melhoria da competitividade função também do aumento da produtividade.

Dinâmica comercial

Fruto do desenvolvimento e implementação da equipa comercial 'Go To Market', iniciado no último trimestre de 2004 e consolidado durante 2005, foi conseguido um elevado ritmo e dinâmica comercial quer no contacto com novos clientes, apresentando a totalidade do portfolio dos serviços das nossas empresas, quer com a base instalada de clientes do Grupo Reditus, incrementando desta forma o 'cross-selling', potenciando uma importante oportunidade de crescimento para os nossos negócios.

A presença do Grupo Reditus foi mais sentida no mercado junto dos nossos clientes por esta via, contribuindo também desta forma, para o aumento da notoriedade das nossas empresas e da nossa oferta de serviços, e consequentemente, para uma identificação e concretização de mais oportunidades que contribuiram para o crescimento do volume de negócios.

Sendo os efeitos destas acções duradouros no tempo e tendo um efeito de acumulação de experiências e oportunidades, permite-nos encarar com optimismo e confiança o sucesso comercial das nossas empresas nos próximos anos.

Organização e oferta de serviços

Durante 2005 foi consolidada e aprofundada a organização da oferta de serviços das várias empresas operacionais e ainda enriquecido o conteúdo dessas mesmas ofertas, com uma forte aposta nas vertentes qualitativas e de geração de valor para os nossos clientes. Como já foi referida a aposta nos contratos plurianuais ou de renovação automática foi estendida a quase todos os nossos serviços.

No Grupo Reditus, o conceito de serviço em outsourcing aplicado a vertentes de serviços de apoio a processos de negócio (BPO), a serviços de contact centre, a serviços relacionados com a gestão de parques de equipamentos de tecnologias de informação (Desktop Management), a serviços de gestão e georeferenciação de frotas e ainda constituindo uma importante conquista e 'up-grade' da nossa oferta empresarial às áreas de tecnologias e sistemas de informação nas vertentes de desenvolvimento de software – IT Consulting.

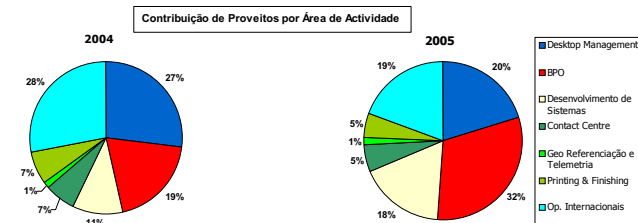
Esta área de IT Consulting é também indutora de relações continuadas e estratégicas com os nossos clientes, permite consolidar a nossa oferta end-to-end, aumentando assim a nossa capacidade de participar numa parte fundamental da cadeia de valor dos nossos clientes por estar altamente ligada às necessidades do negócio. Os serviços oferecidos nesta linha são centrados nas tecnologias e sistemas de informação em diversas plataformas tecnológicas e vão desde a manutenção correctiva e evolutiva de aplicações informáticas, passando pelo desenvolvimento e adaptação de novos sistemas, focando temas de grande actualidade e importância para os nossos clientes como sejam aplicações transaccionais em ambiente web (p.e. portais de web-banking), sistemas de Business Intelligence e de CRM, produtos que são hoje determinantes para o desenvolvimento e sucesso do marketing e da actividade dos nossos clientes.

A área de Desktop Management pretende-se como uma referência no mercado financeiro e das telecomunicações através da oferta de elevados níveis de serviço e do controlo de qualidade. A formação e os meios técnicos, aliadas à adopção das "best practices" internacionais com base nos standards ITIL (Information Technology Infrastructure Library), permitem as vantagens competitivas que nos posicionam nos lugares cimeiros do mercado.

O Business Process Outsourcing apresenta-se como outra área primordial na oferta Reditus como demonstram os seis services centres especializados em laboração: Santander Totta; Millennium BCP; Fidelidade Mundial; Vodafone; Liberty Seguros; e Tranquilidade.

A qualidade do serviço prestado pela área de Contact Centres é um reflexo do constante ajuste da oferta de novos produtos às necessidades específicas do mercado, sendo comprovada pela confiança depositada pelos clientes evidenciada pelo crescimento de actividade.

Revela-se fundamental a grande atenção tida na análise das necessidades dos nossos clientes e do mercado em geral, por forma a prosseguir o ajuste permanente do nosso portfolio de serviços e actualizando a nossa oferta fazendo emergir complementos à actual, enriquecendo o nosso posicionamento e mantendo-a visivelmente atractiva para que as relações empresariais com os nossos clientes e parceiros se mantenham vivas e com franca possibilidade de evolução, gerando benefícios mútuos. Esta foi sempre uma atitude da Reditus no mercado e é hoje uma prática enraizada e implementada por todos os nossos colaboradores.



Para os próximos anos pretendemos ir reforçando, aprofundando e alargando as nossas ofertas nas áreas em que já estamos presentes e ir ainda encontrando novos caminhos interna e externamente que nos permitam alargar o nosso portfolio mantendo a coerência da nossa oferta global.

Foi por isso criada uma sub-holding – a Reditus Gestão SGPS, SA - que tem como objectivo concentrar todas as actividades das empresas operacionais nacionais, e permitir uma melhor articulação operacional dos negócios, bem como ser um instrumento de apoio ao crescimento orgânico, de eventuais aquisições e ainda de desenvolvimento de parcerias que venham a ser oportunas. Com o mesmo objectivo foi também deliberado implementar a tempo uma estrutura idêntica para as operações internacionais.

3. Comissões Especializadas

No exercício de 2005, o Conselho de Administração passou a dispor de quatro Comissões especializadas, presididas pelo Administrador independente, Professor Doutor António Nogueira Leite e compostas por individualidades de reconhecida competência nas respectivas áreas com o objectivo de o coadjuvar em matérias relevantes ao bom desempenho da actividade:

Conselho de Estratégia - tem como especial finalidade assistir o Conselho de Administração na prossecução dos seus objectivos comerciais e na definição de soluções para a realidade empresarial a médio e longo prazo.

Comissão de Acompanhamento Económico-Financeira - tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação da adequação dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no grupo Reditus.

Comissão de Acompanhamento Inter-relacional - tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e comissários e criação de um padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior.

Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal - tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na adequação das estruturas e procedimentos das empresas integradas no grupo Reditus à evolução permanente do ordenamento jurídico e fiscal.

4. A Reditus na comunicação social

O ano de 2005 foi ao nível da visibilidade das operações da Reditus um ano de crescimento.

A par da entrada na principal índice do Euronext Lisboa, o PSI-20, a empresa tem vindo a fortalecer as relações com o mercado, através de uma comunicação contínua das suas actividades.

2005 foi também um ano de consolidação de estratégias, com a aprovação de um novo modelo de Corporate Governance no início do segundo semestre, anúncio de importantes novos contratos ao longo de todo o ano e com a apresentação de resultados positivos. No fim do ano, a Reditus realizou ainda uma reorganização no Grupo que obteve também bastante atenção da comunicação social. Todos estes factores contribuíram para que a Reditus tivesse uma visibilidade de player fundamental no sector das tecnológicas, focada no seu negócio e concentrada nos seus objectivos estratégicos.

Desta forma, a Reditus tornou-se ao longo do ano assunto de interesse dos media, nomeadamente dos órgãos económicos e tecnológicos devido ao seu crescimento no mercado e à imagem de empresa inovadora e adaptável às necessidades do mercado que tem criado ao longo dos seus 40 anos e que conheceu em 2005 um dos seus pontos culminantes.

Todo o caminho percorrido pela Reditus ao longo de 2004 e 2005 foram ainda distinguidos por dois órgãos de comunicação com a 9ª melhor empresa de 2004 pelo Diário de Notícias e o 10º lugar nos Stock Awards organizados pelo Jornal de Negócios.

Em 2005, foram publicadas várias centenas de notícias, contribuindo desta forma para um melhor esclarecimento dos investidores e tornando mais transparente a actividade que o Grupo Reditus desenvolve.

5. Previsões

O ano de 2006 deverá permitir um importante aproveitamento dos investimentos tecnológicos e da diversificação – ainda que limitada - feitos em recentes anos.

O presente nível de actividade leva-nos a crer que no ano de 2006 se assista a um crescimento significativo dos nossos proveitos, para o que contribuirá o previsto reforço do sector comercial e a contratação de novos Técnicos, permitindo-nos aproveitar as oportunidades que se oferecerão com base nos pressupostos acima enunciados

6. Internacionalização

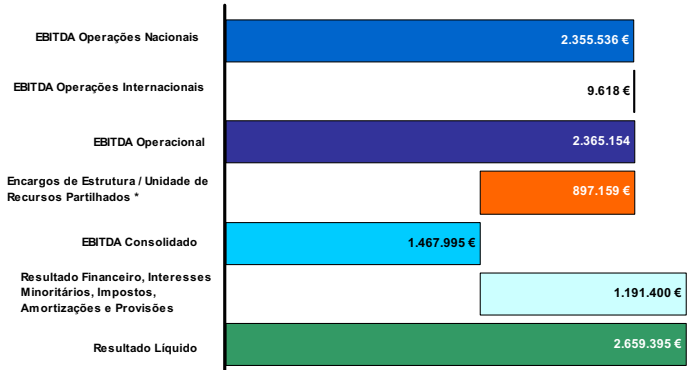
Mantivemos a nossa linha de actuação no sentido de desenvolver as nossas actividades, de forma harmónica e à nossa escala, no mercado interno europeu. Para além das plataformas directas – caso da Caleo em França - foi dado novo ênfase às plataformas indirectas.

Em França, a actividade da Caléo manteve-se centrada na integração de soluções para montagem (“back-end”) de semicondutores e outros componentes microelectrónicos, nomeadamente através do desenvolvimento e optimização de processos, do projecto e fabrico de sistemas, da comercialização “chaves na mão” de equipamentos personalizados, assim como na prestação de serviços de formação e treino, de instalação, de assistência técnica e de manutenção, e ainda no fornecimento de peças sobressalentes e de materiais de consumo. Aumentámos a actividade de I&D, o que nos permitiu o desenvolvimento e a comercialização de novas soluções de sistemas integrados para produção de “etiquetas inteligentes”, de produtos com aplicações médicas, e ainda de componentes electrónicos para a indústria automóvel.

No caso da Polónia foram reforçadas as relações e estabelecidas novas parcerias na área de prestação de serviços ao sector bancário; em França, foram estabelecidos acordos de cooperação específicos a clientes do sector bancário, que se espera venham a constituir o prelúdio de uma cooperação mais alargada e recíproca.

III Evolução da Situação Financeira

DO EBITDA AOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



* Inclui serviços centrais de marketing, recursos humanos, jurídicos e administrativos-financeiros.

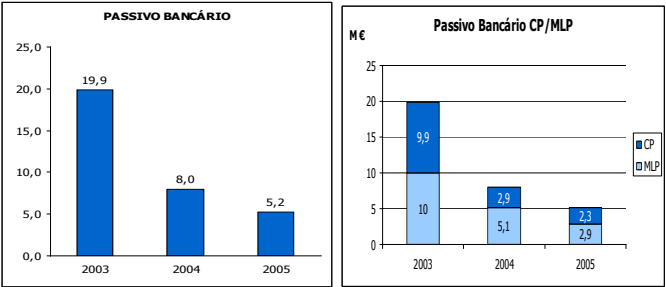
Análise

A análise da situação Patrimonial e da evolução dos Resultados da empresa em 2005, demonstra a melhoria sustentada das condições económicas de operação da maioria das participadas, reflectindo, por comparação com o ano de 2004, os resultados da política seguida pela empresa ao longo do ano, na sequência dos ajustamentos produzidos em exercícios anteriores. A despeito do desempenho da economia portuguesa ter sido pior que o antecipado no início do ano, as operações portuguesas registaram uma clara melhoria dos indicadores de Proveitos e Rentabilidade com especial destaque para a Redware e Reditus II. A actividade destas duas sociedades, com progressos significativos, em termos de proveitos e margem face ao exercício de 2004, reflecte o sucesso da aposta do Grupo na oferta de serviços em regime de outsourcing aos seus clientes contribuindo de forma directa para a correspondente redução de custos e aumento de eficiência. É muito relevante salientar que, nas actividades levadas a cabo por estas sociedades, assim como nas realizadas através da InterReditus, se assistiu ao alargamento das áreas de cooperação do Grupo Reditus com a generalidade dos clientes de referência e que, adicionalmente, foi possível estabelecer importantes contratos em new accounts.

A situação patrimonial evoluiu de forma particularmente favorável reflectindo o bom desempenho do Grupo no ano de 2005 e o fortalecimento da respectiva situação financeira e patrimonial. Por comparação com 31 de Dezembro de 2004, há a registar a melhoria de 2 p.p. no rácio de autonomia financeira e a melhoria do rácio de solvabilidade, que atingiu 14% em 31 de Dezembro de 2005, um progresso de 3 p.p. face ao final do ano anterior.

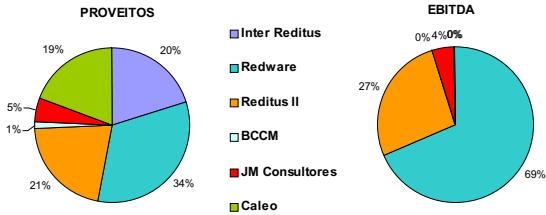
(1000 Euros)		31-Dez-04	31-Dez-05
Total do Activo	(ATL)	31.253	26.353
Total do Capital Próprio	(CP)	3.014	3.147
Total do Passivo	(P)	28.239	23.206
Capitais Permanentes	(Cper)	15.045	12.023
Autonomia Financeira	(CP/ATL)	10%	12%
Solvabilidade	(CP/P)	11%	14%
Cper/ATL		48%	46%
Endividamento	(P/ATL)	90%	88%

Como se pode verificar nos gráficos abaixo, assistiu-se a uma nova redução do passivo bancário que ascendia no final do ano a 5,2 milhões de euros, uma redução de 2,8 milhões face ao final de 2004, sendo o passivo bancário de curto prazo de apenas 2,3 milhões de euros.



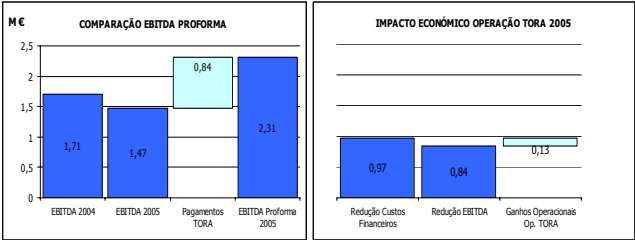
Relativamente à **Exploração** (base POC) há a salientar que os **Proveitos Totais** atingiram um total de 24,2 milhões de euros, dos quais 0,8 milhões de extraordinários. No ano anterior, os Proveitos extraordinários tinham totalizado cerca de 13,5 milhões. Os proveitos Operacionais cresceram de 19,2 para 22,1 milhões de euros, um crescimento de 15%. Em Portugal, os Proveitos Operacionais cresceram quase 29% para 17,8 milhões de euros.

As principais unidades operacionais do Grupo registaram importantes aumentos de Proveitos, em particular a Redware e a Reditus II. A actividade da Redware voltou a registar um crescimento muito significativo, com Proveitos de 7,2 milhões de euros, um aumento de 26%. Também a Reditus II registou um crescimento de Proveitos muito expressivo, de 360%, passando de 1.279 mil euros em 2004 para 4.697 mil euros em 2005. A Caleo, depois do aumento substancial da actividade e correspondentes Proveitos em 2004, registou um decréscimo de actividade em 2005, função das dificuldades do mercado europeu de semicondutores. No entanto, o último trimestre registou uma melhoria clara do fluxo de encomendas, que se espera venha a afectar positivamente o desempenho desta sociedade em 2006.



A política de controlo de custos manteve-se ao longo do ano, na sequência da estratégia definida em exercícios anteriores, tendo resultado numa evolução dos Custos Operacionais em linha com a evolução da actividade.

O EBITDA consolidado situou-se em 1,47 milhões de euros, após o registo de 1,7 milhões de euros no ano de 2004. No entanto, para efeitos de comparabilidade com 2004, ao valor encontrado em 2005 deve-se somar o valor correspondente ao débito efectuado pela Tora à Reditus, num total de 0,84 milhões de euros, pelo que o valor comparável de EBITDA para 2005 é de 2,31 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 35%. Daquele total, mais de 90% resultam da actividade da Redware e da Reditus II. A Caleo, que representou 19% do total de Proveitos Operacionais apenas contribuiu em 3% para o EBITDA do Grupo, função das menores margens de contribuição típicas do sector em que opera. Registe-se, por outro lado, que as actividades com crescimento mais expressivo e onde se concentra a aposta da Reditus, são também aquelas onde as margens são mais favoráveis.



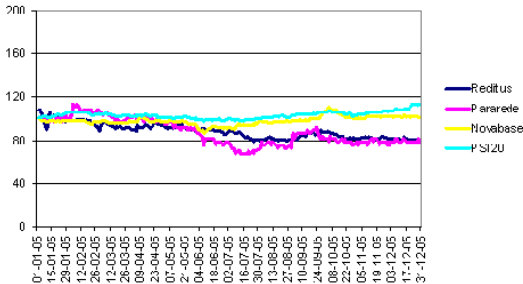
Os Resultados Líquidos situaram-se em 2,66 milhões de euros. Embora os Resultados Líquidos tenham caído face a 2004, tal ficou a dever-se essencialmente à redução muito significativa da componente extraordinária. Os valores atingidos, comparam bastante bem com as expectativas resultantes da evolução ao longo do ano e devem-se sobretudo à melhoria do desempenho económico da empresa.

IV Mercado de capitais

1. Informação sobre o comportamento bolsista das acções da Reditus SGPS

A Reditus SGPS, S.A., sociedade cotada na Bolsa de Valores de Lisboa desde 1987, contou ao longo do ano 2005 com um capital de trinta e dois milhões e quinhentos mil euros, representado por seis milhões e quinhentas mil acções de valor nominal unitário de cinco euros. A Reditus SGPS, S.A. foi classificada como pertencendo ao sector do software e serviços informáticos (sector 97), subsector dos serviços informáticos (972) de acordo com a classificação sectorial da FTSE. Na praça de Lisboa, encontram-se classificadas no mesmo subsector as sociedades cotadas, Novabase, SA e Pararede, SGPS, SA.. Durante todo o ano de 2005 a Reditus passou a fazer parte do principal índice da praça de Lisboa (PSI 20), e, em Dezembro foi anunciada a sua permanência no primeiro semestre de 2006.

No encerramento da Euronext Lisbon em 31 de Dezembro de 2005, a última cotação do ano foi de 3,34 euros; em consequência, a capitalização bolsista das acções da Reditus era de 21.710.000 euros em 31 de Dezembro de 2005.



As acções da Reditus SGPS foram transaccionadas em todas as sessões normais da Bolsa, tendo-se movimentado durante o ano 2004 um total de 16.151.840 acções, num valor total de 61.882.036 euros, o que se traduziu numa média de 63.093 acções desta sociedade transaccionadas diariamente.

O cotação de fecho das acções da Reditus foi de 3,34 euros, contra 4,47 euros no primeiro dia do ano de 2005, corrigindo parcialmente a forte subida do título no último mês de 2004.

2. Obrigações

Destacamos que durante o exercício, a 2 de Março e a 2 de Setembro de 2005, efectuámos o pagamento dos juros e amortização de capital relativos ao empréstimo obrigacionista Reditus 91 nos termos da ficha técnica aprovada na Assembleia Geral de Obrigacionistas de 1 de Março de 1999 e nos montantes de respectivamente € 95.621,37 e € 94.632,08.

Naquelas mesmas datas procedemos ao pagamento dos juros e amortização de capital relativos ao empréstimo obrigacionista Reditus 93 nos termos da ficha técnica aprovada na Assembleia Geral de Obrigacionistas de 1 de Março de 1999 e nos montantes de respectivamente € 15.316,62 e € 15.158,16.

3. Contratos de Liquidez

A Reditus celebrou com três entidades financeiras – Millennium BCP, Caixa BI e Banco BIG – contratos de liquidity provider, e simultaneamente começou a ser acompanhada mais de perto, nomeadamente pelo Caixa Banco de Investimento.

V Recursos Humanos

Elemento fulcral na prossecução dos objectivos do Grupo Reditus, os Recursos Humanos são uma das pedras basilares cujo desempenho se reflecte na evolução da actividade. Tendo como prioridade a qualidade do serviço prestado ao cliente, foi sempre apanágio da Reditus a motivação e satisfação profissional dos seus colaboradores, sustentada no desenvolvimento das competências individuais e coadjuvada pela adequação das habilitações e competências às tarefas e funções a desempenhar.

Tem sido prática do Grupo Reditus a realização de inquéritos de satisfação e de avaliação a todos os colaboradores afim de permitir melhorar as políticas internas de gestão dos recursos.

A centralização dos processos administrativos relacionados com a área de RH permite, além da racionalização de custos, uma visibilidade global sobre os RH do Grupo Reditus, permitindo a implementação de políticas de rotatividade no universo das sociedades operacionais. Desta forma, é garantida a adequação do número de recursos humanos ao volume e necessidades específicas das actividades operadas por cada sociedade do Grupo.

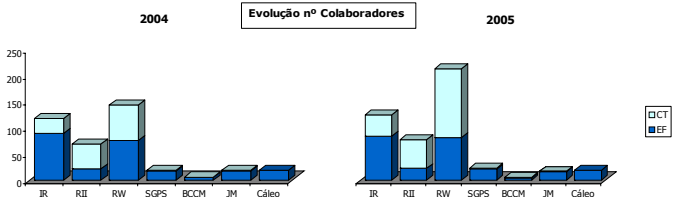
O enfoque na responsabilização de cada colaborador é prosseguido a todos os níveis, partindo das chefias de primeira linha, abrangendo a totalidade dos recursos por via da capilaridade na comunicação das práticas internas implementando-as dentro da organização.

A formação mantém-se como um dos factores chave para a obtenção do sucesso na execução das funções e no alcançar dos objectivos previamente definidos.

O reflexo das políticas de recursos humanos enunciadas anteriormente traduz-se no desempenho e motivação dos nossos colaboradores, na qualidade dos serviços prestados, na satisfação dos nossos clientes, bem como na avaliação positiva global que espelha o relacionamento com entidades terceiras.

Apesar do Grupo Reditus operar em áreas tradicionalmente de elevada rotação de pessoal, a retenção dos recursos demonstra o esforço na fidelização dos elementos com valências diferenciadoras, motivando-os através da política de carreiras seguida, baseada na responsabilização e na avaliação do desempenho.

No exercício, o quadro de pessoal do Grupo Reditus apresentou um número médio de 477 colaboradores, o que representa um acréscimo de 30,8% face a 2004, possuindo cerca de 30% um grau de licenciatura (com especial incidência nas áreas das Tecnologias da Informação e Comunicação), e situando-se 65% na faixa etária dos 25 aos 35 anos.



VI Resultados

O Resultado Consolidado Líquido do exercício cifrou-se num resultado positivo, após interesses minoritários, de 2.659.395 euros.

VII Agradecimentos

Apraz-nos manifestar o público reconhecimento pelo empenho manifestado pelos nossos Colaboradores, pelo aconselhamento proporcionado pelo Conselho de Estratégia e pela atenta participação do Conselho Fiscal, e bem assim, o excelente relacionamento com os nossos Clientes, Fornecedores e Bancos com que nos foi muito grato trabalhar.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2006

O Conselho de Administração,

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato
Presidente

Eng.º José António da Costa Limão Gatta
Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos
Administrador

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite
Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira
Administrador

REDITUS, SGPS, SA				
BALANÇO CONSOLIDADO				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004				
(Valores expressos em Euros)				
notas	31-12-2005 em base IFRS	31-12-2004 em base IFRS	31-12-2004 em base POC	
ACTIVO				
Activos não correntes				
Imobilizações corpóreas	2.5 e 5	3.817.926	3.804.375	3.804.375
Imobilizações incorpóreas	2.6 e 5	5.089.050	3.647.612	37.454.928
Investimentos financeiros	2.7 e 10	126.764	122.585	122.585
Impostos diferidos activos	11	4.100.104	6.342.184	1.920.041
Outros activos não correntes		0	0	0
		<u>13.133.844</u>	<u>13.916.757</u>	<u>43.301.930</u>
Activos correntes				
Existências	2.8 e 12	1.437.846	1.452.902	1.452.902
Contas a receber de clientes		4.859.706	4.869.347	4.869.347
Outras dívidas de terceiros	13	4.074.422	5.362.912	5.362.912
Outros activos correntes	15	418.735	469.286	1.692.327
Caixa e equivalentes de caixa	16	<u>2.426.208</u>	<u>5.181.589</u>	<u>5.181.589</u>
		<u>13.218.917</u>	<u>17.336.035</u>	<u>18.559.076</u>
Total do Activo		<u><u>26.352.761</u></u>	<u><u>31.252.792</u></u>	<u><u>61.861.006</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital e Reservas				
Capital emitido	17	32.500.000	32.500.000	32.500.000
Reservas		-888.925	20.997.388	20.997.388
Resultados retidos		-31.191.741	-60.439.958	-30.024.701
Resultado líquido do exercício		<u>2.659.395</u>	<u>8.700.349</u>	<u>9.406.177</u>
		<u>3.078.730</u>	<u>2.757.779</u>	
Interesses minoritários	18	<u>68.490</u>	<u>256.364</u>	<u>743.493</u>
Total Capital Próprio		<u><u>3.147.220</u></u>	<u><u>3.014.142</u></u>	<u><u>33.622.356</u></u>
Passivos não correntes				
Empréstimos bancários	19	2.923.304	5.049.011	5.049.011
Outros credores não correntes		4.362.429	5.010.351	5.010.351
Impostos diferidos passivos	11	<u>1.521.757</u>	<u>1.971.395</u>	<u>1.971.395</u>
		<u>8.807.490</u>	<u>12.030.757</u>	<u>12.030.757</u>
Passivos correntes				
Empréstimos bancários	19	2.246.504	2.913.306	2.913.306
Fornecedores		3.297.447	2.524.253	2.524.253
Outras dívidas a terceiros	20	6.832.999	8.410.793	8.410.793
Provisões	21	5.325	6.450	6.450
Outros passivos correntes	22	<u>2.015.776</u>	<u>2.353.090</u>	<u>2.353.090</u>
		<u>14.398.051</u>	<u>16.207.892</u>	<u>16.207.892</u>
Total do capital próprio, interesses m e passivo		<u><u>26.352.761</u></u>	<u><u>31.252.792</u></u>	<u><u>61.861.006</u></u>

REDITUS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Valores expressos em Euros)

	notas	31-12-2005 em base IFRS	31-12-2004 em base IFRS	31-12-2004 em base POC
Proveitos Operacionais				
Vendas e Prestação de Serviços	2.3.1 e 6	19.834.689	18.965.466	18.965.466
Outros Proveitos Operacionais	7	2.988.294	13.957.123	13.957.123
Variação da Produção		113.158	180.769	180.769
Total dos Proveitos Operacionais		22.936.140	33.103.358	33.103.358
Custos Operacionais				
Mercadorias e Matérias Consumidas		3.144.695	4.026.506	4.026.506
Fornecimentos e Serviços Externos		8.333.419	5.958.413	5.958.413
Custos com o Pessoal	25	8.616.961	6.641.142	6.641.142
Amortizações		601.095	740.978	1.035.195
Provisões		5.325	158.344	158.344
Outros Custos Operacionais		1.373.070	4.163.210	4.163.208
Total dos Custos Operacionais		22.074.565	21.688.592	21.982.807
Resultado Operacional		861.575	11.414.766	11.120.551
Resultados Financeiros				
Perdas relativas a Empresas Associadas	2.3.2	451.826	171.981	171.981
Lucros antes de Impostos		1.313.402	11.586.747	11.292.532
Imposto sobre o rendimento	2.11	-1.282.276	1.895.461	1.895.461
Resultado depois de Impostos		2.595.677	9.691.286	9.397.071
Interesses minoritários	18	-63.718	-9.063	-9.105
Resultado Consolidado do Exercício		2.659.395	9.700.349	9.406.177

Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais,S.A.

Demonstração das alterações do Capital Próprio Consolidado

em 31 de Dezembro de 2005

Contas	Saldo Inicial 31/12/2004	Aplicação Result 2004	Result Liq do Exerc	Div pagos aos Accionistas	Outros	Saldo Final 31/12/05
Capital Social	32.500.000					32.500.000
Prémios emissão acções	16.211					16.211
Diferenças de consolidação	-598.037					-598.037
Ajustes capit.c/filiais/assoc	-2.739.943					-2.739.943
Reserva de Reavaliação	22.347.096				-22.341.157	5.939
Reservas Legais	449.791	454.845				904.636
Outras Reservas	1.522.269					1.522.269
Resultados Retidos	-60.439.958	9.245.504			20.002.713	-31.191.741
Result Líquido do Exerc	9.700.349	-9.700.349	2.659.395			2.659.395
Total	2.757.778	0	2.659.395	0	-2.338.444	3.078.730

O Movimento de 22.341.157 € nas Reservas de Reavaliação resulta da anulação da marca Reditus SGPS registada em exercícios anteriores. Com a transição para as IFR'S o valor da marca foi retirado e a correspondente reserva de reavaliação anulada.

Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Notas às Demonstrações de Resultados Consolidadas em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em Euros)

I.- Actividade

O Grupo Reditus está sediado em Lisboa e a sua actividade está concentrada nas áreas das Tecnologias de Informação, Business Process Outsourcing, Contact Centre para processos não tecnológicos de In/Out Bound e Outsourcing de recursos especializados em TIs.

2.- Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na determinação dos resultados do exercício e apresentação da situação patrimonial são as seguintes:

2.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *Standing Interpretation Committee* (SIC) do IASB.

A aplicação das normas de consolidação foi suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

2.2 - Bases de consolidação

2.2.1 - Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2005, os activos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, as quais são apresentadas na Nota 3.

2.2.2 - Participações financeiras em empresas do Grupo

As empresas identificadas na Nota 3 foram consolidadas pelo método da consolidação integral, devido aos titulares de capital deterem a maioria dos direitos de voto.

2.2.3 - Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação apresentadas no capital próprio, no montante de € (598.037), devem-se essencialmente às diferenças entre os valores de custo de aquisição da participação e os valores proporcionais dos capitais próprios das participadas, J.M. Consultores, S.A. e Redware - Sistemas de Informação, S.A., as quais foram consolidadas pelo método da integração global.

As diferenças de consolidação positivas, no montante líquido de € 2.277.979, apresentadas no activo, referem-se ao remanescente entre os valores contabilísticos da participação no capital da CALEO e a proporção que representam nos capitais próprios desta empresa, com referência a 01 de Janeiro de 2004, data em que se deixou de amortizar as diferenças de consolidação positivas ao abrigo do parágrafo 79 da IFRS 3.

São abatidas ao valor das diferenças de consolidação positivas, no Activo Incorpóreo, as respectivas perdas de imparidade determinadas anualmente à data do balanço. Até à data não se verificaram perdas de imparidade.

2.2.4 - Saldos e transacções entre empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, entre empresas do Grupo são anulados na consolidação.

2.2.5 - Consistência com o exercício anterior

Os métodos e procedimentos de consolidação foram aplicados de forma consistente relativamente ao exercício de 2004.

2.2.6 - Alterações ao conjunto de empresas consolidadas

Neste exercício não se verificaram quaisquer alterações no que se refere à composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação. O perímetro de consolidação foi alterado pela obtenção sem oneração dos 2% de participação na Reditus II – Telecomunicações, S.A. detendo a Reditus, SGPS, S.A. a totalidade da participação nesta sociedade.

2.3 - Reconhecimento do rédito

2.3.1 - Vendas e prestação de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com a prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração dos Resultados em função do grau de execução do serviço.

Os proveitos decorrentes das vendas e prestação de serviços não são reconhecidos se existirem dúvidas quanto à cobrabilidade do produto da venda ou da prestação de serviços.

As garantias de equipamentos vendidos são suportadas pelos fornecedores das marcas representadas.

2.3.2 - Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam essencialmente juros de empréstimos obtidos, juros de aplicações financeiras e juros obrigacionistas.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

2.4 - Gestão dos riscos financeiros

2.4.1 - Risco da taxa de Juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis. O grupo não tem recorrido a instrumentos de cobertura de taxa de juro.

2.4.2 - Risco de crédito

O grupo não tem concentração significativa de risco de crédito. As políticas em vigor asseguram que as vendas são efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

2.5 - Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição ou de reavaliação abatido das reintegrações acumuladas.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil das imobilizações são debitados a resultados do exercício em que ocorrem.

As reintegrações consideradas destinam-se a depreciar as imobilizações, em regime de duodécimos e de acordo com os períodos de vida útil segundo o Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro.

Contratos de locação

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas com locações consideradas operacionais, nomeadamente, pela inexistência de intenção de compra do bem, são contabilizadas como custo do exercício.

Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As vidas úteis estimadas são como se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	4-10
Outras imobilizações corpóreas	10-20

2.6.- Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas referem-se, às despesas de desenvolvimento, abatidas das reintegrações acumuladas, calculadas em regime de duodécimos por um período de três anos e ao valor da diferença de consolidação positiva, resultante da aquisição da participação financeira na Caleo.

Amortizações

As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, pelo seu período de vida útil.

As taxas de amortização variam de acordo com os seguintes períodos:

	Anos
Outras Imobilizações incorpóreas	10

2.7 - Investimentos financeiros

As Imobilizações Financeiras são valorizadas, na data do Balanço, ao valor de mercado, quanto aos títulos, e pelo método da equivalência patrimonial quanto às empresas do grupo e associadas. As mais-valias e menos-valias efectivas que resultem da venda dos referidos títulos são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização, encontram-se provisionadas.

2.8 - Existências

Os movimentos verificados no período em referência obedeceram ao critério de valorimetria do "Custo de Aquisição" e ao método de custeio das saídas do "Custo médio ponderado".

2.9 - Imparidade

Os activos do grupo são analisados à data de cada balanço, por forma a avaliar indicações de eventuais perdas por imparidade.

2.10 – Acréscimos e Diferimentos

São registados nesta rubrica despesas pagas antecipadamente, sendo registados como custos no período a que respeitam, bem como encargos com subsídio de férias e juros vencidos e não pagos, com excepção dos referentes aos acordos de reestruturação que são adicionados às respectivas contas de passivo.

2.11 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre as diferenças de consolidação e as

diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando a mesma não afecta nem o resultado contabilístico nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências derivadas da maneira pela qual o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

2.12 - Informação por segmentos

O Grupo Reditus desenvolve a generalidade da sua actividade na área das Tecnologias de Informação.

No que respeita à informação por segmentos de negócio e geográficos há que distinguir:

- as participadas "core business" - Inter Reditus, Redware e Reditus II;
- a actividade desenvolvida pela sua participada Caleo, S.A. em França a qual oferece a partir deste país soluções integradas para a montagem de semi-condutores e outros componentes electrónicos;
- a actividade da Reditus Imobiliária, S.A. que opera no sector imobiliário;
- as participadas em áreas não "core business" - JM Consultores e BCCM - que desempenham as suas actividades nas áreas da elaboração de cheques e no desenvolvimento de sistemas de comunicação, respectivamente.

3.- Empresas do Grupo incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são as seguintes:

		2005	2004
Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Lisboa	-	-
Reditus Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa	100%	100%
Redware – Sistemas de Informação, SA	Lisboa	100%	100%
InterReditus – Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA	Lisboa	100%	100%
Reditus II – Telecomunicações, SA	Lisboa	100%	98%
Reditus – Imobiliária, SA	Lisboa	100%	100%
J. M. Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA	Alfragide	68%	68%
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda	Cascais	50%	50%
Caleo, SA	França	55%	55%

4. – Empresas excluídas da consolidação

As empresas do grupo excluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 são as seguintes:

		2005	2004
Reditus Consulting, SL	Espanha	80%	80%

Motivo da exclusão: não materialmente relevante.

5.- Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado e nas respectivas Amortizações e Ajustamentos

Activo Bruto

	Saldo inicial 31/12/2004	Aumentos por Incorporação	Aumentos através aquisições de subsidiárias	Outras aquisições	Abates e alienações	Correcções e transferências	Saldo final 31/12/2005
Imobilizações incorpóreas							
Goodwill	2.921.499						2.921.499
Custos de Desenvolvimento.	2.605.364	260.000			22.471	1.833.329	4.676.223
Propried. Ind. e outros direitos	360.471				239.018		121.453
Outras imob. incorpóreas	155.564						155.564
	6.042.898	260.000	0	0	261.489	1.833.329	7.874.738
Imobilizações corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	317.984						317.984
Edifícios outras construções	2.102.335						2.102.335
Equipamento básico	2.087.747			24.206	15.015	193	2.096.745
Equipamento de transporte	706.283						706.283
Ferramentas e utensílios	11.525					214	11.311
Equipamento administrativo	1.109.383			20.331		172.229	957.485
Outras imobiliz. corpóreas	2.359.639				12.622	2.038	2.344.979
Imobilizações em curso	0						0
	8.694.896	0	0	44.537	0	174.267	8.537.122
Investimentos financeiros							
Partes de capital emp.grupo	2.522.547						2.522.547
Partes de capital emp.assoc.	776.050						776.050
Titulos outras aplic.financ	929.370			9.744	566	5.000	933.548
	4.227.967	0	0	0	566	0	4.232.145

Amortizações e Ajustamentos

	Sd inicial	Reforço	Regulariz.	Sd final
Imobilizações incorpóreas				
Goodwill	643.520			643.520
Custos de Desenvolvimento.	1.272.333	648.459		1.920.792
Propried. Ind. e outros direitos	357.018		241.483	115.535
Outras imob. incorpóreas	122.415		16.574	105.841
	2.395.286	648.459		2.785.688
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	96.910	43.672		140.582
Equipamento básico	1.077.072	134.957		1.212.029
Equipamento de transporte	580.514	40.163		620.677
Ferramentas e utensílios	5.485	1.937		7.422
Equipamento administrativo	1.018.243	54.814	465.382	607.675
Outras imobiliz. corpóreas	2.112.297	18.515		2.130.812
	4.890.520	294.057		4.719.196
Investimentos financeiros				
Partes de capital emp. grupo	2.522.547	0		2.522.547
Partes de capital emp. assoc.	776.050	0		776.050
Titulos outras aplic. financ	806.785	0		806.785
	4.105.381	0	0	4.105.381

6.- Vendas e Prestação de Serviços

O valor líquido das Vendas de € 3.914.718 bem como de Prestação de Serviços de € 15.919.971 referem-se, na sua totalidade, à actividade comercial das empresas no sector informático e das tecnologias de informação, para o Mercado Nacional e da União Europeia.

As actividades desenvolvidas pelo grupo de empresas podem ser apresentadas através do seguinte quadro, onde se resumem os segmentos de negócio e geográficos:

	Réditos	Result.Operac.	Result Liq	Activo Líquido	Passivo
Reditus SGPS		-2.315.257	-222.660	6.922.383	5.581.191
Reditus Imobiliária		-65.682	-142.972	2.526.497	3.208.319
Reditus Gestão		-1.598	-4.940	1.150	10.584
Estrutura	0	-2.382.536	-370.572	9.450.029	8.800.094
	Réditos	Result.Operac.	Result Liq	Activo Líquido	Passivo
Caleo	4.159.913	59.689	7.786	3.606.854	1.574.158
Estrangeiro	4.159.913	59.689	7.786	3.606.854	1.574.158
Estrutura + Estrangeiro	4.159.913	-2.322.848	-362.786	13.056.883	10.374.252
	Réditos	Result.Operac.	Result Liq	Activo Líquido	Passivo
Inter Reditus	4.199.895	-767.759	-2.770	4.394.220	6.137.613
Redware	5.660.525	2.871.843	2.229.730	3.330.128	3.868.026
Reditus II	4.404.492	1.132.472	859.173	1.915.665	803.711
Operações "Core"	14.264.912	3.236.556	3.086.133	9.640.014	10.809.351
BCCM	295.762	-129.105	-70.799	1.558.690	453.245
JM Consultores	1.114.102	76.971	6.846	922.167	1.568.693
Operações "Não Core"	1.409.864	-52.133	-63.952	2.480.857	2.021.938
Operações Nacionais	15.674.776	3.184.423	3.022.181	12.120.871	12.831.289
Consolidado	19.834.689	861.575	2.659.395	26.352.761	23.205.541

Resultante do contrato firmado entre o Grupo Reditus e a sociedade Tora em 2004, foram cedidos a esta os montantes que se encontravam registados no passivo referentes aos acordos de reestruturação de passivos bancários firmados em 2002 entre o Grupo BCP e o Grupo Reditus, em troca da posição contratual detida pelas sociedades do Grupo Reditus no contrato quadro celebrado com o Grupo BCP.

A cedência contratual originou, neste exercício de 2005, um pagamento à Tora de € 842 626 euros em contrapartida da angariação de negócio junto do Grupo BCP.

7.- Outros proveitos operacionais

	2005	2004
Trabalhos p/ própria empresa	2.079.445	50.411
Proveitos Suplementares	79.184	0
Subsídios à exploração	720	0
Outros prov e ganhos operacionais	10.783	0
Proveitos extraordinários	818.161	13.906.712

8.- Numero médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício:

	Técn/Prd	Admin	Comerc	Total
Reditus SGPS, SA	1	14	7	22
Reditus Imobiliária, SA	0	0	0	0
Caleo, SA	15	3	1	19
Redware, SA	204	8	0	212
JM Consultores, SA	15	2	0	17
Inter Reditus, SA.	113	11	0	124
Reditus II Telecomunic., SA	76	1	0	77
Reditus Gestão, SA	0	0	0	0
BCCM	4	1	1	6
Total	428	40	9	477

9.- Equipamento em regime de locação financeira

O grupo detém diverso equipamento sob o regime de locação financeira. No final do contrato, o Grupo poderá exercer a opção de compra desse equipamento a um preço inferior ao valor de mercado. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são afectos à actividade do grupo. Encontram-se registados pelo seu valor contabilístico. São compostos por edifício afecto à actividade da Reditus Imobiliária contabilizado por € 2.400.000, referindo-se os restantes montantes a viaturas e equipamento de comunicações.

10.- Títulos Negociáveis

Os Títulos Negociáveis são valorizados, na data do Balanço, ao mais baixo do custo de aquisição ou do mercado.

11.- Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos activos e passivos são atribuíveis às seguintes rubricas:

	Activos		Passivos		Valor Líquido	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Provisões	1.974.917	4.466.594			1.974.917	4.466.594
Prejuizos fiscais reportáveis	2.125.187	1.875.590			2.125.187	1.875.590
Outros			1.521.757	1.971.395	-1.521.757	-1.971.395
Imp. diferidos activos/ (passivos) liq.	4.100.104	6.342.184	1.521.757	1.971.395	2.578.347	4.370.789

O valor registado em passivos para impostos diferidos no valor de 1.521.757 resulta do montante ainda não reconhecido fiscalmente dos proveitos relacionados com o acordo celebrado entre BCP e a Tora em 2004.

12.- Existências

	2005	2004
Matérias primas e consumíveis	288.410	78.251
Produção em curso	24.300	24.300
Produtos acabados	144.851	27.824
Mercadorias	980.285	1.322.527
Adiantamentos por conta compras		
	1.437.846	1.452.902

13. - Outras Dívidas de Terceiros

	2005	2004
Estado e Outros Entes Públicos	334.336	371.831
Outros accionistas	3.634	46.920
Adiantamentos a fornecedores	310.701	31.572
Outros Devedores	3.425.751	4.912.590
	4.074.422	5.362.912

14. - Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2005, todos os valores que se encontram registados como estando em mora estavam contestados ou a ser regularizados em regime prestacional, e eram constituídos como segue:

IRS/IRC – € 257.977

Segurança Social - € 3.443.058

Imposto do Selo - € 2.644

A regularização de dívidas à Segurança Social encontra-se mencionada na nota 23.

15. - Outros Activos Correntes

	2005	2004
Acréscimos de proveitos	176.900	4.000
Custos diferidos	241.835	465.286
	418.735	469.286

16. - Caixa e equivalentes de caixa

	2005	2004
Outros títulos negociáveis	815.447	2.293.995
Depósitos à ordem	1.560.936	2.835.472
Caixa	51.825	52.122
	2.428.208	5.181.589

17. - Capital Social

O Capital Social é de € 32.500.000 representado por 6.500.000 acções ao portador de valor nominal de € 5 cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2005 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

18. - Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os interesses minoritários estavam assim representados:

	% Interesses Minoritários		Valor Balanço		Resultados Atribuídos	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
J. M. Consult. de Inf., SA	33%	33%	-381.265	-299.576	3.260	-23.617
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda	50%	50%	-331.144	-276.605	-73.349	-14.717
Caleo, SA	45%	45%	780.899	826.444	6.371	30.847
Reditus II				6.100		-1.576
Total			68.490	256.364	-63.718	-9.063

19. - Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são exigíveis como segue:

	2005	2004
Curto Prazo	2.334.098	3.000.900
Médio e Longo Prazo	4.188.138	6.497.576
	6.522.236	9.498.475

Em Dívidas a terceiros de Médio / Longo Prazo está registado um montante de € 1.352.428 resultante dos empréstimos obrigacionistas Reditus 91 e Reditus 93, dos financiamentos para aquisição de participações e imobilizado, para os quais foram acordados prazos de pagamentos superiores a cinco anos.

Em Assembleia Geral de Obrigacionistas realizada em 1 de Março de 1999 foi aprovado o seguinte:

Os juros relativos aos três primeiros semestres contados a partir de 2 de Março de 1999 seriam, como aconteceu com os respeitantes aos anteriores cinco semestres, capitalizados no respectivo vencimento e pagos conjuntamente com as prestações de reembolso de capital.

- O reembolso do capital seria de acordo com o seguinte plano:
 - o Ano 2000 – Uma prestação de 2,8571% do capital, no dia 2 de Setembro
 - o Do ano 2001 a 2004 inclusive - Duas prestações de 2,8571% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
 - o Do ano 2004 a 2006 inclusive - Duas prestações de 4,2857% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
 - o Ano 2007 – Uma prestação de 4,2857% do capital, no dia 2 de Março e uma de 7,1429% no dia 2 de Setembro.
 - o Do ano 2008 a 2010 inclusive - Duas prestações de 7,1429% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.

20. - Outras Dívidas a Terceiros

	2005	2004
Outros accionistas	46.785	77.278
Estado e Outros Entes Públicos	5.096.567	6.838.243
Adiantamentos de Clientes	161.746	145.077
Outros Credores	1.440.306	1.262.602
	6.745.404	8.323.200

21. – Provisões e Ajustamentos

	Saldo Inicial 31/12/04	Aumentos	Diminuições	Saldo final 31/12/05
Ajustamentos:				
Aplicações de tesouraria	761.430		146.749	614.681
Clientes cobrança duvidosa	12.246.199		8.211.032	4.035.167
Outros devedores cob. duvidosa				
Outras Provisões	6.450		1.125	5.325
Depreciação existências	5.000			5.000
Aplicações financeiras	4.105.381			4.105.381
	17.124.460	0	8.358.906	8.765.554

22. - Outros Passivos Correntes

	2005	2004
Acréscimo de Custos	1.013.994	1.499.236
Proveitos Diferidos	1.001.783	853.854
	2.015.776	2.353.090

23. – Contingências

Inspecções Fiscais:

Em exercícios anteriores foram realizadas inspecções fiscais por parte da administração tributária a empresas do grupo. Indicam-se seguidamente as situações referentes a cada empresa:

Inter Reditus – Inspecção aos anos de 1997 e 1998, tendo a empresa sido notificada para proceder a correcções e ao respectivo pagamento em sede de IVA e IRC.

A empresa entendeu que as correcções fiscais não seriam correctas tendo procedido à sua reclamação, estando nesta data à espera dos resultados dessas reclamações.

Reditus SGPS – Inspecção aos anos de 1997 e 1998 tendo a empresa sido notificada para proceder a correcções e ao respectivo pagamento em sede de IVA.

A empresa não concordou com as correcções indicadas e procedeu à sua reclamação, estando a aguardar os resultados das referidas reclamações.

Regularização de dívidas à Segurança Social:

Em 31 de Dezembro de 2005 estavam liquidados os montantes em dívida do exercício resultantes das retenções efectuadas aos colaboradores, acrescidas dos respectivos juros moratórios. A pedido, o Centro Regional da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo instaurou execução, encontrando-se as empresas a regularizar as dívidas em regime prestacional.

24. Garantias

As receitas da Reditus respondem pelo serviço da dívida emergente da emissão dos empréstimos obrigacionistas *reditus* 91 e 93, no montante de 253.497 € e por um prazo de cinco anos.

25. - Remunerações dos Administradores

	2005	2004
- <i>Reditus, SGPS, S.A.</i>		
Conselho de Administração (inclui ajudas de custo)	399.279	435.273
- <i>InterReditus- Prest.Integ.Serviços Informáticos, SA.</i>		
Conselho de Administração	198.461	271.947

Nas outras sociedades do Grupo os Administradores não auferem remuneração.

26. – Resultados Financeiros

Encontra-se registado em Custos e Perdas Financeiros o montante de 538.808€ respeitante a Juros Suportados.

27. - Eventos subsequentes à data do balanço

Não existem eventos subsequentes à data do balanço que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa da
Reditus SGPS, em 31 de Dezembro**

		Euros	
		2005	2004
	FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
1	Recebimentos de clientes.....	18 218 575	18 218 575
2	Pagamentos a fornecedores.....	(5 955 141)	(5 955 141)
3	Pagamentos ao pessoal.....	(4 315 537)	(4 315 537)
4	Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento.....	(49 678)	(49 678)
5	Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional....	(5 541 551)	(5 541 551)
6	Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	193 297	193 297
7	Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	(22 079)	(22 079)
	Fluxos das actividades operacionais	2 527 886	2 527 886
	FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	Recebimentos provenientes de:		
8	Investimentos financeiros.....		
9	Imobilizações corpóreas.....		
10	Imobilizações incorpóreas.....		
11	Subsídios de investimento.....		
12	Juros e proveitos similares.....	190 522	190 522
13	Dividendos.....		
14	Outros.....		
	Pagamentos respeitantes a:		
15	Investimentos financeiros.....		
16	Imobilizações corpóreas.....		
17	Imobilizações incorpóreas.....		
18	Outros.....		
	Fluxos das actividades de investimento	190 522	190 522
	FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	Recebimentos provenientes de:		
19	Empréstimos obtidos.....		
20	Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
21	Subsídios e doações.....		
22	Venda de acções (quotas) próprias.....		
23	Cobertura de prejuízos.....		
24	Outros.....		
	Pagamentos respeitantes a:		
25	Empréstimos concedidos.....	(3 508 122)	(3 508 122)
26	Amortização de contratos de locação financeira.....	(13 673)	(13 673)
27	Juros e custos similares.....	(393 451)	(393 451)
28	Dividendos pagos e resultados distribuídos.....		
29	Reduções de capital e prestações suplementares.....		
30	Aquisição de acções (quotas) próprias.....		
31	Outros.....		
	Fluxos das actividades de financiamento	(3 915 246)	(3 915 246)
	Variação líquida de caixa e seus equivalentes.....	(1 196 838)	(1 196 838)
	Caixa e seus equivalentes no início do período.....	1 810 253	3 007 091
	Caixa e seus equivalentes no fim do período.....	613 415	1 810 253

REDITUS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

**ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
EUROS**

31 DE DEZEMBRO DE 2005

1 – N.A.

2 – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2005	2004
Numerário	51.824,60	52.122,05
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.560.936,10	2.866.608,74
Equivalentes a caixa	815.446,95	2.293.995,01
Disponibilidades constantes do balanço	2.428.208	5.212.726
Descobertos bancários	-1.814.792,73	-3.402.473,17
Caixa e seus equivalentes	613.415	1.810.253

3 – N.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Relativo ao Exercício de 2005

I. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 447º, Nº 5 DO CSC

Informação sobre a titularidade das acções e obrigações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e, bem assim, de todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade de acções e de obrigações da sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo.

A) Membros do Conselho de Administração

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Detinha no início de 2005 242.055 acções da Sociedade.
Em 31.12.2005 detinha 293.967 acções da Sociedade.
Não possui obrigações da Sociedade.

Eng.º José António da Costa Limão Gatta

Não detinha no início de 2005 acções da Sociedade.
Em 31.12.2005 detinha 63.585 acções da Sociedade.
Não possui obrigações da Sociedade.

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Detinha no início de 2005 137.541 acções da Sociedade.
Em 31.12.2005 detinha 189 .455 acções da Sociedade.
Não possui obrigações da Sociedade.

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

No início de 2005 detinha 15.000 acções da Sociedade.
Em 31.12.2005 detinha 46.142 acções da Sociedade.
Não possui obrigações da Sociedade.

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

No início de 2005 não detinha acções da Sociedade.
Em 31.12.2005 detinha 51.912 acções da Sociedade.
Não possui obrigações da Sociedade.

B) Membros do Conselho Fiscal

Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

Eng.º Manuel Luis Canas de Sousa Callé

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira

Não detém acções ou obrigações da Sociedade.

II. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 448º, Nº 4 DO CSC

Lista dos accionistas que, na data do encerramento do exercício de 2005 e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital e dos accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções de capital

LISORTA – Estufas e Assistência Técnica, Lda.

Detém directamente 1.074.699 acções correspondentes a 16,53 % do capital da Sociedade e à mesma percentagem de direitos de voto.

ELAO – SGPS, S.A.

Detém directamente 910.261 acções correspondentes a 14% do capital da Sociedade e mesma percentagem de direitos de votos.

III. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 324º, Nº 2 DO CSC

A Sociedade não adquiriu, não alienou e não detém acções próprias.

IV. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 397º, Nº 4 DO CSC

Não foram solicitadas e, por isso, não foram concedidas autorizações nos termos previstos no nº 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

V. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Capítulo 0. Declaração de Cumprimento

1. No que respeita à divulgação da informação, a Sociedade segue as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas.

2. No que respeita ao exercício do direito de voto e representação de accionistas consta da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Geral da Sociedade, agendada para 30 de Março de 2006, a alteração do nº 3 do artigo 9º e do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade nos termos que de seguida se indicam, bem assim como o estabelecimento de um novo modelo para o exercício de voto por correspondência por forma a que a Sociedade passe a cumprir integralmente as recomendações da CMVM quanto a este ponto.

Proposta de alteração dos Estatutos a ser deliberada na Assembleia Geral da Sociedade de 30 de Março de 2006.

Artigo Nono

Terceiro – Só poderão assistir e tomar parte nas assembleias gerais os accionistas com direito a voto que façam prova, até três dias úteis antes da realização da respectiva reunião, da referida qualidade mediante documento emitido pela entidade registadora ou pelo depositário que certifique a quantidade de acções detidas naquela data e, também, do seu bloqueio.

Artigo Décimo

O direito de voto em Assembleia Geral pode ser expresso através de voto por correspondência ou por meios electrónicos, nos termos e condições fixados em assembleia geral, estando o voto por meios electrónicos sujeito à verificação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à respectiva convocação, da existência de meios que garantam segurança e fiabilidade no voto por esta forma emitido.

3. A Sociedade possui sistemas de informação de gestão, cujos *outputs* são periodicamente analisados e validados, garantindo a qualidade da informação produzida, não se afigurando necessário para o volume e complexidade das operações o estabelecimento de um órgão estatutário próprio.

4. No que respeita a medidas tendentes a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, a Sociedade segue as recomendações da CMVM não tendo quaisquer medidas específicas estabelecidas nesse sentido.

5. No que respeita ao órgão de administração dever ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da Sociedade e aos seus responsáveis, a Sociedade segue as recomendações da CMVM

6. No que respeita ao órgão de administração incluir pelo menos um membro independente, a Sociedade segue as recomendações da CMVM.

7. No que respeita ao órgão de administração dever criar comissões internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societário, a Sociedade dispõe de 4 comissões: Conselho Estratégico, Comissão de Gestão Económica e Financeira, Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal, Comissão de Acompanhamento Inter-Relacional, pelo que segue as recomendações da CMVM.

8. A Sociedade informa sobre as remunerações dos Administradores do Grupo Reditus, por funções, seguindo assim parcialmente as recomendações da CMVM.

9. Existe uma Comissão de Remunerações actualmente composta pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr. António de Magalhães Cardoso, Presidente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Rui Barreira e, representando a Lisorta, Senhor Dr. Jorge Pereira da Costa, pelo que a Sociedade segue a recomendação da CMVM relativa a este ponto.

10. Não existem propostas que tenham sido submetidas à assembleia geral da Sociedade relativamente à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração e/ou a trabalhadores, pelo que a Sociedade não viola a recomendação da CMVM nesta matéria.

11. A Sociedade não é um investidor institucional pelo que a recomendação respeitante a este ponto não lhe é aplicável.

Capítulo I. Divulgação de Informação

1. Mapa funcional relativo à repartição de competências entre os órgãos da sociedade:

Membros do Conselho de Administração

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Presidente do Conselho de Administração, com os pelouros de coordenação do Conselho, de Estratégia, de Recursos Humanos, de Comunicação e de Compliance.

Eng.º José António da Costa Limão Gatta

Administrador com o pelouro de acompanhamento das sociedades operacionais que compõem o Grupo Reditus no estrangeiro e de dinamização das parcerias internacionais.

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Administrador com o pelouro jurídico e de implementação de novos desenvolvimentos.

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Administrador com o pelouro das relações com o mercado de capitais e com os accionistas e ainda a supervisão dos assuntos contabilísticos e de prestação de contas.

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

Administrador, Chief Operating Officer, com o pelouro relativo à coordenação das actividades operacionais que compõem o Grupo Reditus em Portugal e à dinamização das parcerias estabelecidas, designadamente com os parceiros de negócios com os quais existam acordos comerciais específicos.

2. Lista de Comissões especializadas da Sociedade, coordenadas pelo Administrador independente Senhor Professor Doutor António Nogueira Leite:

- **Conselho Estratégico**, tem como especial finalidade assistir o Conselho de Administração na prossecução dos seus objectivos comerciais e na definição de soluções para a realidade empresarial a médio e longo prazo. É composto pelos Senhores Dr. Luis Manuel Mena Gravito, Dr. Jorge Pereira da Costa, Prof. Eng.º Manuel Valssassina Heitor (actualmente com mandato suspenso por virtude do exercício de funções governativas) e Prof. Doutor António Monteiro Fernandes;

- **Comissão de Gestão Económico-Financeira**, tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação da adequação dos instrumento de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no grupo Reditus. É composta pelos Senhores Prof. Doutor Rui Alpalhão e Dr. Miguel Garcia Lopes;

- **Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal**, tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na adequação das estruturas e procedimentos das empresas integradas no grupo Reditus à evolução permanente do ordenamento jurídico e fiscal. É composta pelos Senhores Dr. Rui Barreira e Dr. José Andrade e Sousa;

- **Comissão de Acompanhamento Inter-Relacional**, tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e comissários e criação de um padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior. É composta pelos Senhores Dr. Diogo Lacerda Machado e Dr. José Gonçalo Maury.

Na Reditus SGPS existe uma Unidade de Recursos Partilhados que presta serviços a todas as empresas do Grupo no domínio de: contabilidade, auditoria, gestão de recursos humanos, controlo de qualidade e provedoria do cliente.

Também se encontra inserida na estrutura da Reditus SGPS, uma unidade de promoção e realização de vendas de produtos e serviços das empresas participadas.

Existe igualmente um Gabinete de Apoio ao Investidor com as actividades referidas no capítulo seguinte.

3. Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na Sociedade:

A Sociedade adopta procedimentos de controlo interno no acompanhamento da sua actividade, adequados à especificidade do objecto social e da actividade das suas participadas. Tais procedimentos seguem genericamente as normas de auditoria internacionalmente aceites, e, especificamente, as recomendações emanadas de cada uma das comissões atrás enumeradas.

4. Descrição da evolução da cotação das acções da Sociedade:

Encontra-se no ponto IV do Relatório de Gestão, para o qual remetemos, salientando que a divulgação das Contas de 2004 ocorreu no dia 29.04.2005, as do 1º. Trimestre de 2005 no dia 02.05.2005, as do Semestre de 2005 no dia 20.09.2005 e as do 3º. Trimestre de 2005 em 23.11.2005.

5. Política de distribuição de dividendos:

O Conselho de Administração não propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2005.

Nos três últimos exercícios também não foram distribuídos dividendos.

6. Não existem planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

7. Não se verificaram operações entre a Sociedade e membros ou órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

8. Gabinete de Apoio ao Investidor:

- Funções do Gabinete:

Assegurar o contacto permanente e constante com o mercado respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, disponibilizando, dentro dos termos

legalmente permitidos, informações que sejam solicitadas ou que por alguma forma contribuam para uma maior transparência e participação na vida da Sociedade, designadamente:

- Prestando todos os esclarecimentos a dúvidas de accionistas, analistas, investidores e outras partes interessadas;
 - Organizando apresentações e *conference calls* para analistas financeiros e investidores institucionais;
 - Colaborando na preparação e divulgação de factos relevantes e outras comunicações;
 - Colaborando na preparação e divulgação dos comunicados sobre os resultados anuais, semestrais e trimestrais;
 - Colaborando e participando em sessões de apresentação de resultados anuais e semestrais;
 - Colaborando na elaboração de prospectos relacionados com operações no mercado de capitais;
 - Orientando analistas sobre a estratégia, objectivos e perspectivas de resultados da empresa, incluindo a revisão de notas de *research* por estes elaborados.
- Tipo de Informações disponibilizada pelo Gabinete:
 - Em geral, todo o tipo de informações que nos termos da lei possam ser facultadas e que sejam solicitadas por accionistas, analistas, investidores ou outros interessados;
 - Documentos preparatórios de assembleias gerais;
 - Factos relevantes e outras comunicações com relevo para a vida da sociedade, nomeadamente participações qualificadas;
 - Resultados anuais, semestrais e trimestrais.
 - Vias de acesso ao Gabinete:
 - Presencial – na sede da Sociedade, mediante solicitação prévia;
 - Telefónica – 21 4124100;
 - Fax – 21 4124199;
 - Correio – para a sede da Sociedade;
 - Correio electrónico – accionistas@reditus.pt
 - Sítio da Sociedade na Internet
 - www.reditus.pt
 - Identificação do Representante para as Relações com o Mercado
 - Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

9. Ver ponto 9 do capítulo anterior.

10. A remuneração total auferida pelas Sociedades de Auditoria pelos seus serviços de revisão legal de contas das empresas do Grupo Reditus ascendeu a 50.219 (cinquenta mil duzentos e dezanove) euros.

Capítulo II. Exercício de direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto:

Esta matéria está regulada no Artigo 9º dos Estatutos de Sociedade.

A cada cem acções corresponde um voto.

Só poderão assistir e tomar parte nas assembleias gerais accionistas que façam prova de titularidade de um mínimo de cem acções, quer mediante registo nos livros da Sociedade, quer mediante comprovativo de depósito bancário, até cinco dias antes da realização da respectiva reunião.

Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar nas assembleia gerais por qualquer pessoa, no respeito do previsto no nº 3 do artigo 381º do Código das Sociedades Comerciais, bastando, para prova do mandato, uma simples carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral e entregue a este até à véspera da reunião.

O Artigo 9º e, bem assim, o Artigo 10º dos Estatutos foram propostos alterar na próxima assembleia geral da Sociedade agendada para 30 de Março de 2006, nos termos descritos no Capítulo 0, número 2 deste Relatório sobre o Governo da Sociedade.

2. Modelo para o exercício do direito de voto por correspondência:

- a. Os Senhores Accionistas com direito a voto podem exercê-lo por correspondência;
- b. Serão considerados os votos por correspondência cujas declarações que sejam expedidas por carta registada com aviso de recepção e recebidas na sede da Sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral respectiva;
- c. A carta a que se refere o ponto anterior deve ser dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- d. As declarações de voto devem ser enviadas em sobrescrito fechado com a menção de “voto por correspondência” com indicação da Assembleia Geral a que respeita;
- e. O sobrescrito referido no número anterior deve conter a declaração de voto indicando o nome completo do accionista e o sentido de voto quanto a cada um dos pontos da respectiva ordem de trabalhos;
- f. A declaração de voto deve ser assinada, devendo o accionista signatário, (i) em caso de pessoa singular, indicar o número, data de emissão e entidade emitente do bilhete de identidade ou documento equivalente emitido por autoridade competente da União Europeia ou, ainda, passaporte, e, (ii) em caso de pessoa colectiva, carimbar e indicar a qualidade do representante;
- g. A carta referida na alínea b) deve conter, para além do sobrescrito de voto, certificado que comprove a legitimação para o exercício do direito de voto emitido pela entidade registadora ou pelo depositário, nos termos dos art. 55º e 104º do Código de Valores Mobiliários;
- h. Os sobrescritos que contenha as declarações de voto por correspondência serão abertos no decurso da Assembleia Geral respectiva;
- i. A presença na Assembleia Geral do Senhor Accionista que tenha optado por exercer o seu direito de voto por correspondência ou do seu representante é considerada como revogação do voto por correspondência emitido.

Este modelo foi proposto alterar por deliberação em Assembleia Geral da Sociedade agendada para 30 de Março de 2006.

3. Não há, ainda, possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos, por a Sociedade não ter ainda desenvolvido os meios necessários para verificar a autenticidade das declarações de voto, bem como garantir a integridade e a confidencialidade do respectivo conteúdo conforme o recomendado pela CMVM.

A este respeito ver a alteração proposta ao Artigo 10º dos Estatutos da Sociedade a ser deliberada na próxima Assembleia Geral da Sociedade agendada para 30 de Março de 2006 como descrito no Capítulo 0, número 2 deste Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

4. Conforme referido no ponto primeiro deste capítulo, só poderão assistir e tomar parte nas assembleias gerais os accionistas que façam prova de titularidade de um mínimo de cem acções, quer mediante registo nos livros da sociedade, quer mediante comprovativo de depósito bancário, até cinco dias antes da realização da respectiva reunião.

A este respeito ver a alteração proposta ao Artigo 9º dos Estatutos da Sociedade a ser deliberada na próxima Assembleia Geral da Sociedade agendada para 30 de Março de 2006 como descrito no Capítulo 0, número 2 deste Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

5. Conforme referido no ponto segundo deste capítulo, serão considerados os votos por correspondência cujas declarações que sejam expedidas por carta registada com aviso de recepção e recebidas na sede da Sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da assembleia geral respectiva.

Este modelo foi proposto alterar por deliberação da Assembleia Geral da Sociedade agendada para 30 de Março de 2006.

6. Conforme referido no ponto primeiro deste capítulo, a cada cem acções corresponde um voto.

Capítulo III. Regras Societárias

A Sociedade obedece a regras próprias e específicas que definem a sua conduta e regulamentos internos que digam respeito a situações de conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades, e aplica procedimentos internos especiais para o controlo de risco da sua actividade.

Não estão estabelecidos limites ao exercício de direitos de voto e também não existem quaisquer direitos especiais de algum accionista.

Não foram tomadas medidas defensivas que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

A Sociedade dada a sua natureza de SGPS, a sua estrutura e visto os membros do Conselho de Administração desenvolverem funções executivas, não sentiu ainda necessidade de estabelecer regras de conduta ou regulamentos internos, desenvolvendo a sua actividade segundo as regras gerais constantes do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários que, pelos deveres que impõe,

disciplina e acautela suficientemente, as situações que se pretendem ver salvaguardadas com a definição das mencionadas regras.

Capítulo IV. Órgãos de Administração

1. Caracterização do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por uma pluralidade de membros.

• Membros do Conselho de Administração:

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Presidente do Conselho de Administração
Membro executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Gerente de Pessoa, Pinto & Costa – Sociedade de Construções, Lda.,
BCCM – Inovação Tecnológica, Lda.

Presidente do Conselho de Administração de Reditus Gestão, SGPS, S.A.,
InterReditus – Prestação Integrada de Serviços Informáticos, S.A., Redware
– Sistemas de Informação, S.A, Reditus II – Telecomunicações, S.A. e
Reditus Imobiliária, S.A.

Administrador de TORA – Sociedade Imobiliária, S.A., URCOM –
Urbanização e Comércio, S.A., Formiagro – Sociedade Agrícola, S.A., e
Sociedade Agrícola Casal Outeiro de Polima, S.A.

Qualificações e actividades profissionais:

Licenciatura em Matemática pela F. C. Lisboa
Pós-Graduações em Biometria e Taxonomia Numérica

- Director da APESI – Associação Portuguesa das Empresas de Serviços
de Informática
- Director e fundador da APRITEL – Associação dos Operadores
Privados de Telecomunicações
- Representante da Reditus na Cotec
- Membro do Conselho Geral da APDSI – Associação para a Promoção e
Desenvolvimento da Sociedade de Informação.

Número de acções da Sociedade de que é titular:

293.967 acções.

Primeira designação: 30.03.1982
Termo de mandato: Ano de 2007

Engº José António da Costa Limão Gatta

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração de ELAO – SGPS, S.A.,
Caleo, S.A. (Versalhes, França), Giessen Beteiligungs KG (Munique,
Alemanha)

Administrador de Scorpion Group Ltd. (Cambridge, UK)

Qualificações e actividades profissionais:

Licenciatura em Engenharia Electrotécnica pela Academia Militar

Membro Ordinário da Ordem dos Engenheiros

Número de acções da Sociedade de que é titular:

63.585 acções

Primeira designação: Março de 2000
Termo de mandato: Ano de 2007

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Administrador de ELAO – SGPS, S.A.

Qualificações e actividades profissionais:

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa
- Advocacia

Número de acções da Sociedade de que é titular:

189.455 acções

Primeira designação: Novembro 2000
Termo de mandato: Ano de 2007

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

- Professor Catedrático, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa;

- Presidente do Conselho Geral da OPEX, SGMVM, SA

- Presidente do Conselho de Administração da GlobalUnion, S.A.

- Administrador de CUF – SGPS, SA, Brisa, SA, Comitur – SGPS, SA

- Membro do Conselho Consultivo do Banif – Banco de Investimentos

- Vogal da Direcção do IPRI

Qualificações e actividades profissionais:

Licenciatura em Economia, Universidade Católica Portuguesa, 1983
MSc in Economics, University of Illinois (EUA), 1986
PhD in Economics, University of Illinois (EUA), 1988
Agregação em Microeconomia, Universidade Nova de Lisboa

Número de acções da Sociedade de que é titular:

46.142 acções

Primeira designação: Março de 2002
Termo de mandato: Ano de 2007

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

- Gerente de Four Tops Investments Portugal – Gestão Imobiliária,
Unipessoal, Ldª., Four Tops Investments – Engenharia e Gestão Financeira,
Unipessoal, Ldª., Inventum, SGPS, Ldª. e Inventum – Serviços de Consultoria
e Gestão Financeira, Unipessoal, Ldª.

Qualificações e actividades profissionais:

Licenciatura em Matemática
Especialização em Sistemas de Informação
Especialização em Investigação Operacional
Pós-Graduação em Gestão de Empresa

Número de acções da Sociedade de que é titular:

51.912

Primeira designação: Maio de 2004
Termo de mandato: Ano de 2007

• **Membros do Conselho de Administração Independentes:**

O Sr. Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite é, desde 11.04.2002, e o Sr. Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira, desde 11.05.2004, independente em relação aos accionistas de referência. Considerando a Sociedade, para o efeito, que é accionista de referência o accionista que detenha directa ou indirectamente mais de 2% dos votos.

2. Não existe Comissão Executiva, pois todos os membros do Conselho de Administração têm actualmente funções executivas.

3. Descrição do modo de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo Presidente ou por um administrador e obrigatoriamente uma vez por semestre. Sendo que durante o exercício de 2005 reuniu formalmente 8 vezes e, informalmente, numa média de mais de uma vez por mês.

Não existe qualquer lista de incompatibilidades definida internamente pelo Conselho de Administração nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades.

4. As remunerações dos titulares do órgão de administração para o exercício de 2005 não estiveram dependentes dos resultados da Sociedade ou da evolução da cotação das acções por esta emitidas.

Os Estatutos da Sociedade, porém, prevê no nº 8 do artigo 13º, que as remunerações dos membros dos órgãos de administração poderão ser certas ou consistir, parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, sendo que a percentagem dos lucros globalmente destinada aos administradores não pode exceder dez por cento.

Assim, e visto a remuneração dos Administradores ser fixada anualmente pela Comissão de Remunerações eleita em assembleia geral de accionistas, conforme o previsto no nº 7 do artigo 13º, é previsível dada a recomendação da CMVM que a mesma venha a ser tida em consideração, alterando-se nessa conformidade a forma de determinação das referidas remunerações.

5. As remunerações dos Administradores da Reditus, que exercem também funções em participadas, são de 399.279 euros.

O total de remunerações dos Órgãos de Administração da Sociedade e de todas as participadas é de 609.213 euros, cuja repartição por funções desempenhadas é a seguinte:

- Funções na Área Operacional: 359.687 euros
- Funções na Área Financeira: 228.813 euros
- Funções não Executivas: 20.713 euros

VI. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, CALCULADA NOS TERMOS DO ART. 20º DO CVM

LISORTA – Ass. Técnica, Lda.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	1.074.699	16,53%
Através do Sr. Dr. José Carlos Moreira Rato que é Gerente da accionista	79.117	1,22%
Total imputável	1.153.816	17,75%

ELAO – SGPS, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	910.261	14,00%
Através do Sr. Dr. Fernando da Fonseca Santos, que é Administrador da accionista	189.455	2,91%
Através do Sr. Engº José António Gatta, que é Presidente do Conselho de Administração da accionista	63.585	0,98%
Total imputável	1.163.301	17,90%

TORA – Sociedade Imobiliária, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	9.750	0,15%
Através do Sr. Engº. José Manuel Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	8.519	0,13%
Através do Sr. Dr. José Carlos Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	79.117	1,22%
Através do Sr. Dr. Frederico Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	293.967	4,52%
Total imputável	391.353	6,02%

DR. FREDERICO JOSÉ APLETON MOREIRA RATO	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	293.967	4,52%
Total imputável	293.967	4,52%

DR. FERNANDO MANUEL CARDOSO MALHEIRO DA FONSECA SANTOS	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	189.455	2,91%
Total imputável	189.455	2,91%

Durante o exercício de 2005:

- Em 01-06-2005, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A. aumentou a sua participação para 133.779 acções, correspondentes a 2,05% do capital social; em 04-10-2005, diminuiu essa participação para 65.447 acções, correspondentes a 1,01% do capital social;
- A accionista Lisorta adquiriu 187.708 acções, aumentando a sua participação para 1.074.699 acções, correspondentes a 16,53% do capital social;
- O Dr. Nelson Maia Oliveira alienou a totalidade da sua participação, directa e indirectamente, não detendo qualquer participação em nome próprio nem em nome da Companhia da Ria, SA.



Barroso, Dias, Caseirão
& Associados - S R O C

Av. da República, 50 - 8.º
1050-196 Lisboa
Tel.: 21 799 04 20 Fax: 21 799 04 79
E-mail: bdc@bdc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 26 352 761 euros e um total de capital próprio de 3 147 220 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2 659 395 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame. Não foram auditadas directamente por nós as demonstrações financeiras de um conjunto de empresas incluídas na consolidação pelo método integral.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração dessas empresas utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfases**

8. Sem afectar as conclusões expressas no parágrafo anterior refira-se que:

8.1. No exercício de 2005, conforme referido na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia ("IAS/IFRS"). Tendo a data de transição para as IAS/IFRS sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, conforme estabelecido na IFRS 1 – "*Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro*", nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2004 foi reexpressa em conformidade com as IAS/IFRS.

8.2. As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2004, preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e por nós examinadas, foram objecto de emissão de parecer contendo uma reserva relativa ao reconhecimento em Imobilizações Incorpóreas de valores atribuídos a marcas, carteira de clientes, transferência de quadros e respectivo *know-how*, exploradas pelo Grupo. Em 2005 procedeu-se à regularização destas situações.

Lisboa, 1 de Março de 2006



Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC (Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2005, a actividade consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório final da BDC (Sociedade de Revisores membro deste Conselho) sobre a fiscalização efectuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço consolidado, as Demonstrações dos Resultados consolidados por naturezas, a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, os correspondentes Anexos e o Relatório Consolidado de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações dos Resultados Consolidadas por natureza, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Lisboa, 1 de Março de 2006

O CONSELHO FISCAL

Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira - Presidente

Eng.º Manuel Luís Canas de Sousa Callé - Vogal

Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS

"Aos trinta dias do mês de Março de dois mil e seis, pelas dezassete horas, reuniu a Assembleia Geral da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na sede social sita na Rua Pedro Nunes, número onze, em Lisboa.

..... e ainda, presentes ou devidamente representados accionistas titulares de dois milhões, oitocentas e sessenta e cinco mil, quatrocentas e vinte acções, representativas de quarenta e quatro virgula zero oito por cento do capital social e dos direitos de votos.

.....No primeiro ponto da ordem de trabalhos, considerando-se os Senhores Accionistas esclarecidos sobre os Relatórios de Gestão, tanto simples como consolidado e sobre as contas do exercício e as contas consolidadas, o Senhor Presidente da Mesa pô-los à votação tendo sido, em consequência, aprovados por unanimidade o relatório de gestão e as contas do exercício relativas ao ano de dois mil e cinco, bem como o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas relativas ao mesmo exercício.

Entrou-se no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Mesa passado a ler a seguinte Proposta do Conselho de Administração constante no Relatório referente às Contas Individuais:

"O Resultado Líquido do exercício cifrou-se em 21.956.337 Euros, para os quais propomos a seguinte aplicação:

Reservas Legais:	1.097.817 Euros
Resultados Transitados:	20.558.520 Euros
Gratificação de Balanço	300.000 Euros

A Gratificação de Balanço será atribuída segundo critérios a estabelecer pela Comissão de Remunerações".

Submetida à votação foi a proposta aprovada por unanimidade."

"A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art. 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais."